

II. A POLÍTICA PÚBLICA NA ENCRUZILHADA: INTERDIÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO ESTADO SOCIAL?

Vicente Trevas

O ponto de partida

Quando convidado para participar do ciclo “Cultura, Educação e Tecnologias em Debate”, uma promoção conjunta de instituições virtuosas e estratégicas de nossa sociedade, ponderei ao meu interlocutor o receio de não poder contribuir em um debate tão necessário e tão consistentemente estruturado por seus organizadores, envolvendo especialistas e pensadores, os melhores. Meu interlocutor, um hábil e sábio articulador da cultura e do diálogo intelectual, respondeu que precisava de um personagem originário de outro campo de conhecimento e da práxis social. Sua intenção era que eu pudesse ajudar a amplificar o contexto, desenhar molduras abrangentes para evidenciar o sentido estratégico das discussões que faríamos. Aceitei o desafio. O desafio de interagir, o desafio de ouvir, o desafio de aprender e apreender e, agora, o desafio de dialogar. Para tal, participei das sessões anteriores, sentado na primeira fileira, como disciplinado aprendiz, anotando, atento aos argumentos, aos enunciados e às indagações dos participantes.

A mesa 3

O terceiro momento do nosso seminário foi anunciado como **Políticas Públicas educacionais e culturais: trajetórias e perspectivas**, e partia do reconhecimento de que essas duas políticas são faces de uma mesma moeda, “pouco articuladas enquanto políticas públicas de provimento de direitos fundamentais”. Almeja ainda debater “as **perspectivas** para uma intervenção estratégica nos campos educacional e cultural”.

Tais generosos propósitos, frutos de um longo processo de reivindicações sociais, movimentos culturais, conduzidos por personalidades paradigmáticas, ícones inspiradores e mobilizadores, estarão perdendo seus prazos de validade?

O que me leva à essa indagação numa mesa que deveria desvendar trajetórias e vislumbrar perspectivas?

Começar pelo fim?

Do que se trata?

Trata-se de chamar a atenção para uma mudança em curso no nosso país, no nosso hemisfério e na comunidade internacional que está produzindo efeitos colaterais que incidirão de forma direta sobre os termos do nosso diálogo e os propósitos a ele subjacentes.

A crise mundial de 2008 e suas devastadoras consequências para os Estados nacionais, destituindo suas soberanias pelos mecanismos da dívida pública, cujo exemplo eloquente é a Grécia; a recente eleição presidencial norte-americana reafirmando o unilateralismo da maior potência mundial e sinalizando o declínio de sua liderança, expresso no *America First*; o Brexit, e a preocupante tentativa do Reino Unido de se contrapor ou bloquear a construção da Unidade Europeia, estimulando movimentos e forças políticas em diferentes países nessa mesma direção; as recentes eleições europeias e a emergência de uma nova extrema direita xenófoba, racista, nacionalista, produzindo o enfraquecimento ou a desconstrução política e eleitoral da social-democracia europeia, ator protagonista do Estado Social; o esvaziamento de Davos como emulador dos consensos da globalização; a consolidação dos RIC (Rússia, Índia e China) e o desenho de um novo cenário geopolítico; a perda de autoridade e a debilidade operacional das Nações Unidas e do Sistema ONU face aos graves e contenciosos problemas da comunidade internacional: pobreza, conflitos armados regionais, a questão palestina, as disputas regionais, as migrações,

o desrespeito aos direitos humanos, o esvaziamento político e institucional das agências internacionais responsáveis, nos âmbitos nacional, regional e mundial, pelos três compromissos civilizatórios da comunidade internacional: a Agenda 2030, os Acordos de Paris sobre as mudanças climáticas e a Nova Agenda Urbana/Habitat III; a concentração mundial da riqueza produzindo o aumento da pobreza e das desigualdades sociais e regionais em escala global; as guerras híbridas, desestabilizando regiões e induzindo intensos movimentos migratórios; a consolidação da China como potência econômica, geopolítica, tecnológica e militar; todos estes fatores estão a indicar que estamos em uma transição para um novo período histórico da humanidade.

Um período portador de inéditas potencialidades do gênero humano: da sua redenção, transitando do reino da necessidade ao reino da liberdade, à sua **autodestruição** e à destruição da "casa comum".

Um novo período histórico que atualiza uma dramática encruzilhada: **Civilização ou Barbárie**.

Nesse macrocontexto, como ficam as políticas públicas?

No contexto mundial as políticas públicas estão sendo questionadas, reduzidas e desconstruídas.

O Estado do Bem-Estar Social: a construção do Welfare State

Resultante das lutas sociais iniciadas na segunda metade do século XIX, primeira conquista é obtida no pós I Guerra Mundial: a formalização de garantias ao trabalho assalariado pactuada em escala internacional com a criação da Organização Internacional do Trabalho e as convenções dela decorrentes.

A incorporação dos trabalhadores no sistema político por meio do direito ao voto e da formação de importantes partidos operários de massa constitui outro fator decisivo. A República de Weimar, na Alemanha, e o governo da

Frente Popular conduzido por Leon Blum, na França, produzem conquistas importantes: jornada de trabalho, férias, assistência social. A busca do pleno emprego, a contratualização do trabalho regulada pelo Estado e esboços de assistência pública passam a constituir, por diversas modalidades, pautas de diferentes regimes políticos.

No mundo colonial e em países da periferia, nesse período, esses ensaios e conquistas não aterrissaram.

É no pós II Guerra Mundial que estas conquistas se consolidam e se expandem na forma de políticas públicas permanentes, elementos estruturais dos Estados, organizando sua tributação, definindo seus orçamentos, implementando serviços públicos universais. É o Estado Social, o Welfare State, expressão de pactos políticos resultantes de afirmações de direitos e garantias e de uma nova correlação de forças políticas, sociais e culturais que emergem ao final do conflito mundial.

Este personagem, o Estado Social, formatado no Estado Democrático de Direito, passa a ser um horizonte da modernidade. Um fator decisivo de coesão social, um consenso crescentemente majoritário. Torna-se agenda política. Condiciona os conflitos e as disputas políticas do pós-guerra.

O Estado Social foi uma grande conquista. Uma dramática e dolorosa conquista, com alto custo para a humanidade. Foi gestado nas agruras da grande depressão de 1929 (New Deal); nas sequelas e ressentimentos produzidos pela I GM; no acirramento dos conflitos de classe que desembocaram no fascismo, no nazismo e em regimes ditatoriais; no entusiasmo ou na ameaça provocados pela revolução russa; no mais abrangente, destruidor, mortal e cruel conflito da humanidade: a II Guerra Mundial.

O Estado Social é um personagem da ordem mundial que se estrutura a partir do término da II Guerra Mundial. A Inglaterra realiza seus primeiros consistentes ensaios.

Sob a lógica da segunda revolução industrial, no contexto de um mundo polarizado, dividido e em transformação, afirma-se uma nova hegemonia, uma hegemonia compartilhada: Estados Unidos e União Soviética. Os impérios se desconstituem, deles emergem novos Estados. A Europa, centro dos dois conflitos mundiais, sai dividida e se realinha na dinâmica da guerra fria, procurando se reconstruir e plantar sementes para impedir uma nova tragédia. A Ásia se redesenha. O Japão derrotado se reconstrói sob tutela americana. A China emerge como potência socialista, perde parte do seu território e se envolve no conflito da península coreana. A Índia conquista sua independência e, com sutileza, alinha-se à Commonwealth, estimulando ao mesmo tempo um movimento de países não alinhados. A África entra na geografia política com nomes próprios num complexo, diverso e contraditório processo de independência que não supera as estruturais fraturas sociais, étnicas, culturais e econômicas produzidas pela sanha colonial, tendo no *apartheid* a cruel expressão do colonialismo. Países da periferia constituídos como Estados nacionais no século XIX, a América Latina em destaque, buscam trilhar caminhos próprios, tendo na luta pela industrialização e na revisão dos termos de troca de suas *commodities* os eixos de suas estratégias.

BRASIL I: os primeiros passos

É nesse contexto que o Brasil, a partir dos anos 1930, desenha e intenta construir um projeto de Nação. Inicia-se um processo histórico de grande complexidade buscando superar as mazelas de um passado colonial escravista, os limites e impossibilidades de uma economia primária-exportadora e os entraves de um sistema político oligárquico e excludente. A luta pela industrialização, pela via das substituições de importação, com a criação de empresas estatais estratégicas, na siderurgia e energia; a constituição de agências públicas de planejamento e a criação de bancos públicos de fomento e desenvolvimento (BNDES); a formação de um mercado interno e a intensificação da urbanização da

sociedade induzidos e impulsionados pela ampliação de um parque industrial tendo como centro dinâmico a indústria automobilista, a indústria de bens de consumo duráveis e a indústria da construção civil; a regulação e incorporação do mundo do trabalho, em uma economia de baixos salários, na dinâmica sociopolítica do país; as tentativas de superar interdições políticas impostas pelo monopólio oligárquico na condução do Estado; a busca de uma política externa independente e a afirmação cultural da nossa identidade nacional; este complexo e contraditório processo histórico configurou um ciclo de desenvolvimento denominado nacional-desenvolvimentismo.

É importante ressaltar que esse ciclo de desenvolvimento foi inicialmente conduzido por um governo de ruptura, provisório no primeiro momento (1930), com breve constitucionalidade, estruturando-se como regime autoritário, o Estado Novo. O nacional-desenvolvimentismo consolida-se no período liberal-democrático da III República e tem seu último desdobramento e esgotamento sob o Estado de Exceção da ditadura militar.

É no bojo desse ciclo histórico que se germinam as premissas de um incipiente Estado Social em nosso país. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os Institutos de Previdência e os Serviços Sociais destinados ao mundo do trabalho, gerenciados pelo patronato, são elementos constitutivos da forma primeira da implementação do Estado de bem-estar social em nossa sociedade. É uma conquista do Brasil urbano. O Brasil rural teve que esperar a segunda metade dos anos sessenta para se inserir nesse processo.

BRASIL II: ampliando horizontes

A transição democrática e sua consolidação na Constituição Cidadã de 1988, fruto de uma longa resistência, da eclosão de importantes movimentos sociais e crescentes mobilizações políticas e um realimento liberal das elites, abriu novos horizontes para as políticas públicas em nosso país.

A Nova República, enunciando com clareza os objetivos e os fundamentos da República, definiu uma contratualização democrática que iria perpassar o novo ciclo político que se inaugurava. Um contrato que legitima e incentiva movimentos, partidos e instituições no esforço de concretizar e garantir os direitos da cidadania.

Ao definir como objetivo fundamental da República a construção de uma sociedade livre, justa e democrática; ao afirmar como propósitos do pacto republicano o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades sociais e regionais e o combate aos preconceitos e discriminações relacionados a origem, raça, sexo, cor e idade, a Constituição torna-se, para uma parcela significativa da sociedade brasileira, uma agenda programática.

Uma agenda que incide de forma substantiva nos direitos individuais e coletivos da cidadania e de forma específica nos direitos sociais definidos no capítulo da Ordem Social.

Para uma sociedade marcada pela desigualdade, pelos privilégios, pela concentração da riqueza, renda, poder e pela subalternidade histórica de suas elites dirigentes, a Constituição Cidadã foi considerada um estorvo, uma concessão momentânea a ser revisada e, no limite, desconstruída.

Ao mesmo tempo, a Constituição enuncia todas as premissas para formatar um efetivo Estado Social. Constituiu consistentes sistemas de políticas sociais, cuja expressão maior é o Sistema Único de Saúde, que se tornou paradigma ou referência para outras áreas.

Como afirmamos anteriormente, o Estado Social, ao considerar as políticas e serviços públicos como elementos estruturantes de sua organização, incide no sistema tributário, na composição do orçamento, na burocracia e na gestão pública. Quando isso não ocorre, produz-se um permanente conflito sistêmico que se manifesta ora como crise de financiamento, ora como *deficit* de gestão responsável por serviços de baixa qualidade, ora como escândalos políticos de um Estado perdulário e corrupto.

É nesse contexto que ganham significado os mantras do receituário neoliberal, como “A Constituição não cabe no orçamento”.

É nesse contexto que devemos dialogar sobre as trajetórias das políticas educacionais e culturais.

O ponto de chegada: a encruzilhada

A primeira década deste século caracteriza-se, no nosso país e no continente sul-americano, como um período de expansão e conquistas de direitos. Uma expansão complexa condicionada por pautas da segunda e terceira revolução industrial, pelas transformações no mundo do trabalho e da produção, pelo anúncio e ensaios da quarta revolução industrial, pelas agendas identitárias da sociabilidade da pós-modernidade, pela polarização geopolítica em torno do Consenso de Washington e pelo nascente Consenso de Beijin e, sobretudo, pela hegemonia do Capital financeiro-rentista. Hegemonia que se manifesta na economia, na política, na cultura, na educação e no modo de vida das sociedades que se globalizam, reproduzindo suas desigualdades, reiterando suas assimetrias, reafirmando, muitas vezes com posturas fundamentalistas, suas diversidades.

Nesse período, ocorreram dois fóruns mundiais, cada qual com seus atores, agendas, interesses e propósitos, objetivando diagnosticar problemas, dilemas e desafios do tempo presente e buscando descortinar e prescrever estratégias na direção do tempo futuro:

o Fórum Econômico Mundial (Davos) e o I Fórum Social Mundial (Porto Alegre). Esses eventos serviram como esses espaços de consulta, articulação e mobilização.

Deles emanaram os enunciados dos grandes conflitos: Estado x Mercado, Democracia x Autoritarismo, Solidariedade x Darwinismo Social, generosidade x indiferença, riqueza x pobreza, direitos x privilégios, comunidade x segregação, homem x natureza, tolerância x intolerância, o Hoje x o Amanhã.

Esses conflitos estão desfazendo pactos, desconstruindo consensos, produzindo antagonismos. Estão conduzindo Estados, sociedades, classes sociais, comunidades e cidadãos a uma grande encruzilhada. Uma encruzilhada que poderá nos atrair ao ardiloso jogo da soma zero. Uma encruzilhada que poderá nos conduzir à escolha de Sofia. Uma encruzilhada obscura, um *dark cross road*, permeado por denso nevoeiro, com anúncio de fortes ventos e trovoadas.

As encruzilhadas descortinam possibilidades de diferentes caminhos. Conduzem a escolhas. Exigem decisão que para se dotar de sentido e razão necessita de reflexão, pensamento e inteligência.

É preciso acolher e processar as reflexões que fizemos no ciclo "Cultura, Educação e Tecnologias em Debate". Acolher prosseguindo. Desenvolvendo os enunciados apresentados, ponderando os argumentos formulados, questionando as teses proferidas. E, sobretudo, desvendando o enigma da encruzilhada. Captar o desafio que dela emana, transformando-o em agenda do Centro de Pesquisa e Formação.

Desconfio que o desafio do enigma é potente e assustador: refundar o pacto civilizatório da nossa comum humanidade.

Referências

- CHERUBINE, M.; TREVAS, V. (Org.). *Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FAGNANI, E. *O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil*. Unicamp: Instituto de Economia, 2017.
- KISSINGER, H. *Sobre a China*. Rio: Editora Objetiva, 2011.
- LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- BANDEIRA, L. A. M. *A desordem mundial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- SOUZA, J. *A Elite do Atrás*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- STREECK, W. *Tempo Comprado*. São Paulo: Boitempo, 2018.